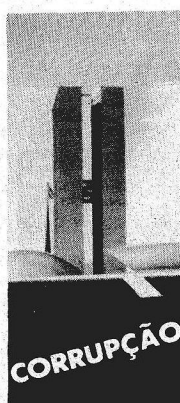


# Procurador recebe logo provas contra 15 corruptos



A CPI do Orçamento examina a possibilidade de enviar imediatamente a o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, os nomes dos 15 parlamentares cujos processos de cassação já estão concluídos. O anúncio foi feito pelo senador Elcio Alvares (PFL-ES), ao informar que "será uma forma de apressar os processos de cassação dos que já têm provas de envolvimento nas fraudes orçamentárias". A proposta de Alvares foi examinada em reunião de todos os coordenadores das quatro subcomissões, realizada ontem, durante todo o dia, no Prodasen. "Se o procurador quiser denunciar algum desses parlamentares, poderá requisitar o material imediatamente à CPI, que não haverá problema", afirmou.

O coordenador da Subcomissão de Emendas, Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), anunciou que denunciará em seu relatório entre 15 e 20 parlamentares envolvidos na corrupção da Comissão do Orçamento. "Existe um núcleo de poder formado por esses parlamentares controlando a Comissão desde 89, que transformou em meros coadjuvantes os demais deputados e senadores no Orçamento". Segundo Sigmaringa, os "sete anos" eram mesmo "os donos" da Comissão do Orçamento.

Os coordenadores das quatro subcomissões — deputados Benito Gama (bancos) e Sigmaringa Seixas (emendas) e senadores Garibaldi Alves (subvenções sociais), e José Carlos Bisol (patrimônio) chegaram à conclusão de que a suspensão do relatório parcial forçará a ampliação dos sub-relatórios para incluir novos nomes e avaliar a rela-

ção das emendas com os interesses das empreiteiras, além de investigar também a participação do Executivo na fraude. Segundo o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), os 39 nomes de deputados, 18 de senadores e 15 de governadores que aparecem nas listas da Odebrecht encontradas nos disquetes investigados pela CPI já estão sendo analisados pelas subcomissões. A perspectiva de quebra de sigilo existe, mas ainda depende de cruzamentos dos nomes pelas quatro subcomissões.

**Governadores** — Quanto aos governadores, para Sigmaringa, aqueles que estão citados dando apenas apoio político ao pagamento de verbas referentes à aprovação de emendas no Congresso, como o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, só engrossarão a lista de investigados depois da análise do documento da Odebrecht que ontem começou a ser realizada pelas subcomissões. "A lista vai engordar", afirmou Garibaldi. Cada subcomissão fará o exame detalhado dos no mês que estão citados ao lado de percentuais.

Na reunião das subcomissões, Sigmaringa disse que não aceita a tese de que o aparecimento de novos nomes enfraqueceria os trabalhos da CPI. Alguns deputados argumentam que é mais fácil cassar um grupo pequeno do que cassar um grupo grande. "Se novos nomes aparecerem, podemos pedir nova prorrogação do funcionamento da CPI", informou o deputado. **Deputada** — Quanto à deputada Roseana Sarney, que aparece nos documentos da Odebrecht relacionada a emendas, na lista de presentes, recebendo um quadro de US\$ 2,5 mil e como "cliente" da empresa, o senador Francisco Rollemberg informou que o nome da deputada entrará nos cruzamentos feitos pelas subcomissões, para ver se existem mesmo indícios de comprometimento.



Garibaldi conclui relatório preliminar e Alvares quer apressar o processo de cassação de 15 parlamentares envolvidos em fraudes

## Empresários dão apoio às punições

Os presidentes das seis principais confederações empresariais do País divulgaram ontem um manifesto à sociedade em que reafirmam seu apoio ao Congresso Nacional no trabalho de apuração e punição da corrupção. Além da publicação do manifesto em todos os jornais, os empresários pretendem fazer ainda visitas aos presidentes da República, Itamar Franco, do Congresso, Humberto Lucena, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Otávio Gallotti, para discutir alternativas para a "abertura de caminhos possíveis para arrancar o País

da paralisia em que se encontra".

O documento é assinado pelos presidentes da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco; do Comércio, Antônio Oliveira Santos, dos Transportes, Clésio Andrade; das Instituições Financeiras, Léo Wallace; da Agricultura, Ernesto Salvo; e das Associações Comerciais do Brasil, Guilherme Afif Domingos. A idéia dos empresários é, após esses encontros, iniciar uma caravana cívica que percorrerá todo o País para mobilizar a sociedade na campanha contra a corrupção.

## Relatório vai atacar a Lei de Licitações

O relatório final da CPI da máfia do Orçamento não vai se limitar a propor a cassação de parlamentares envolvidos com a manipulação de dinheiro público. O coordenador da Subcomissão de Emendas, deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), adiantou ontem que a CPI vai pedir mudanças profundas na Lei de Licitações, aprovada recentemente pelo Congresso, e no funcionamento da Comissão Mista de Orçamento.

"Nosso objetivo não é só cassar deputados e senadores. Vamos propor mudanças na Comissão de Orçamento e na Lei de Licitações, pois, do contrário, não será possível eliminar a manipulação dos recursos públicos", disse o deputado.

Sigmaringa quer acabar com a figura da subempreitada, pela qual uma empreiteira ganha uma licitação, mas repassa a execução do serviço para uma outra empresa.

"A subempreitada é um escárnio", afirma Sigmaringa, que considera os mecanismos de controle de obras previstos na atual Lei de Licitações muito frágeis.

As mudanças no funcionamento da Comissão de Orçamento visam a acabar com o controle de um restrito grupo de 15 a 20 parlamentares, incluindo os chamados "sete anos", sobre as emendas ao Orçamento.

## Magalhães denuncia as pressões

"Para o futuro, deve ficar a lição de que a auto-investigação não é o melhor caminho (para o Congresso). Houve um movimento enorme pela não-convocação do filho de um senador (deputado federal Carlos Benevides, do PMDB do Ceará, filho do senador Mauro Benevides, líder do PMDB no Senado). Ao mesmo tempo se articulou para acabar com o relatório da CPI. É muita coincidência". O desabafo é do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator da CPI do Orçamento, inconformado com as pressões que a comissão vem sofrendo por parte dos partidos políticos e com a decisão do Congresso de im-

pedir a divulgação de um relatório parcial.

Magalhães passou por sua semana mais difícil na CPI, pois estava com o relatório pronto — com nomes de parlamentares passíveis de cassação —, mas teve seu trabalho frustrado pelos partidos.

Ainda reclamando das pressões, Magalhães observa que para cada parlamentar convocado a depor, surgem mais de dez pressões contra as investigações. Ele confessa não ter mais a mínima idéia de quando estará pronto o relatório definitivo.

## "MORALIDADE SEMPRE, REFORMA JÁ"

### A SOCIEDADE

O Congresso Nacional tomou a decisão de acabar de vez com as atividades corruptoras que alguns de seus membros exerceram à margem da lei e da decência. Que seja decisão inabalável, é o que esperamos; que chegue às últimas consequências, é o que exigimos; que restaure o decoro parlamentar, é o que reclamamos.

O momento exige maturidade política, indignação cívica, rigor moral, integridade ética e respeito ao estado de direito para fortalecer os poderes da República.

Tão importante e urgente quanto depurar as instituições é reformar o Estado. O País precisa desenvolver-se politicamente, economicamente e socialmente, com harmonia, eficiência e rapidez. É fundamental que o próximo Presidente da

República receba um País governável com a democracia aperfeiçoada.

A corrupção é efeito. As causas estão no gigantismo de um Estado dominado por interesses retrógrados de uma minoria cartorial e corporativista, inteiramente fora do controle político do cidadão.

Há questões fundamentais a serem resolvidas com urgência na Revisão Constitucional:

a) Reforma Estrutural do Estado, distribuindo equilibradamente os encargos entre a União, os Estados e os Municípios;

b) Reforma Fiscal e Tributária, tornando o sistema mais simples e transparente para que todos entendam e paguem seus impostos;

c) Reforma do Sistema Previdenciário para que ele garanta dignidade

aos aposentados e extinga privilégios;

d) Reforma Econômica para que o País não fique à margem do processo internacional de modernização;

e) Aperfeiçoamento do Sistema Judiciário; e

f) Reforma do Sistema Político, com modificações no processo eleitoral com total fidelidade partidária e com a revisão do conceito de imunidade parlamentar.

A lei eleitoral vigente nega a democracia porque ilude o eleitor. O parlamentar só pode ser fiel aos compromissos com o seu eleitor.

Não podemos contemporizar.

Chegou a hora de reformar e de punir os que agiram de maneira criminosa. Seja quem for, políticos, empresários ou funcionários do Governo.

Portanto, chega!  
Moralidade sempre, reforma já!

## Brizola critica corporativismo

Governador repudia proteção a Sarney e filhos

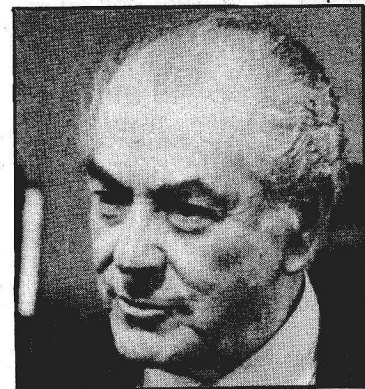
Porto Alegre — Ao advertir que o Congresso Nacional "precisa corresponder à expectativa da Nação, cortando na própria carne, se necessário", em relação à corrupção que vem sendo descoberta, o governador do Rio, Leonel Brizola, disse ontem que é necessário fazer "com que não prevaleça o corporativismo, como ocorre agora, através de articulações de bastidores. Se constata que grupos politicamente poderosos dão cobertura a certos acusados, como o ex-presidente José Sarney e seus filhos".

Para Brizola, as novas descobertas da CPI nos disquetes da Odebrecht, com uma relação de 39 parlamentares e governadores, devem ser "aprofundadas e apresentar resultados concretos". Mas, ele alertou que se deve ter cuidado em evitar injustiças, já que "é obrigação dos deputados fazer emendas e lutar para atendimento de reivindicações".

"A corrupção é generalizada, tanto no Legislativo como no Executivo. As empreiteiras exercem há muitos anos um poder paralelo no País. Isso não significa que tudo que surge seja procedente. É preciso estar articulado com outras situações, como elevadas contas bancárias".

Brizola disse que as denúncias devem ser analisadas "com cautela em respeito à dignidade e honra alheias". Condenou a conduta de deputados e estelismo de alguns parlamentares, mas insistiu que o Congresso deve ir até o fim das investigações, sem protecionismos ou corporativismos.

Ele não vê, como alguns, ameaça de golpe ou intervenção militar, interrompendo o processo democrático: "Não há clima.



Brizola teme injustiças

O povo está muito prevenido, sabe quanto custou conquistar seus direitos e não vai aceitar o retorno ao autoritarismo. Podem ocorrer arreganhos, atitudes estranhas, sem maior repercussão".

Para Brizola, a grande ameaça ao País é de "haver manipulação da economia", em que o programa econômico do ministro Fernando Henrique Cardoso "possa ser a ante-sala de um populismo, com um novo plano cruzado com características diferentes, mas com os mesmos objetivos eleitorais".

**"Leilagem"** — Ele suspeita que os tucanos do Ministério da Fazenda estão imitando a tecnocracia argentina no rumo da dolarização da economia. "Estamos sob essa ameaça, que levou à leilagem do patrimônio nacional e sucateamento da indústria na Argentina". Por isso, a posição do PDT é contra o conjunto da política econômica, e examinará cada um dos projetos, individualmente, no Congresso Nacional.

Brizola já se posiciona contra o aumento geral dos impostos em 5%. Prefere aumentos da tributação do Imposto de Renda das grandes rendas de pessoas físicas.

## Cabrera quer saber se Neves é mesmo o tio

São José do Rio Preto — O ex-ministro da Agricultura e atual presidente regional do PFL, Antonio Cabrera Mano Filho, disse ontem, em São José do Rio Preto, que toda a denúncia "deve ser apurada a fundo" e, caso o seu ex-assessor Nelson Baeta Neves tenha "realmente alguma coisa, deve ser punido". Cabrera referia-se à informação de que a CPI do Orçamento teria descoberto a identidade do "tio" — seria Nelson Baeta Neves — que ajudava na liberação de verbas para obras da construtora Odebrecht.

pelo noticiário, havia apenas suspeita de que ele seria este denominado "tio". Que a CPI apresente, então, documento", observou o presidente do PFL. Cabrera disse que Neves era seu amigo. "Foi presidente da Associação Brasileira de Criadores de Búfalos antes da minha gestão naquela associação, mas nunca o conheci como tio", acentou.

Cabrera disse que Neves trabalhou com assessor parlamentar em 90 e 91. "Foi na época da tramitação da lei agrícola no Congresso Nacional. Logo que ela foi aprovada — em meados de 91 —, Nelson desligou-se do Ministério e não tive mais contato com ele", afirmou Cabrera. Entendo que todos os ex-assessores devem ser fiscalizados e qualquer um que tenha alguma coisa deve ser punido", disse o ex-ministro.

Ontem, foi assinada a filiação do empresário Nelson Silva no PFL, em São José do Rio Preto. Nelson Silva foi secretário municipal da Indústria e Comércio, presidente do programa para desenvolvimento industrial e poderá sair candidato a deputado federal em 94.

